

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 09/09/2011 Edição Nº 421

Por falta de pagamento, vigilantes da Precaver-BA paralisam As principais agências do Banco do Brasil não abriram nesta quinta, 08/09, em Salvador-BA

As principais agências do Banco do Brasil em Salvador, especialmente a agências Centro/Comércio, Cidade Alta e Iguatemi, não abriram suas portas nesta quinta-feira, 08/09, em razão da paralisação dos vigilantes da empresa Precaver. Durante todo o dia o Sindvigilantes/Bahia manteve carros de som, faixas e bandeiras na porta das agências cobrando o imediato pagamento dos salários e demais benefícios dos trabalhadores.

Somente no final do dia, após o horário de expediente ao público, os vigilantes começaram a suspender a paralisação, com a promessa da empresa de pagar os salários, alimentação, cesta básica e transporte na noite de quinta para sexta e ainda com o compromisso do banco de adotar providências contra a empresa que vem mês a mês atrasando o pagamento de seus empregados, deixando de cumprir suas obrigações para com os trabalhadores.

Com a paralisação os vigilantes demonstraram o grau de indignação e revolta com o descaso da empresa e deram um recado claro que não aceitam mais o desrespeito. Também paralisaram os vigilantes da mesma empresa que prestam serviço no Ministério da Fazenda em Salvador e na Universidade Federal da Bahia, sendo que estes últimos continuam parados, uma vez que ainda na manhã desta sexta-feira os seus salários não foram pagos, assim como o tíquete alimentação e o vale transporte.



Mais um requerimento pede a votação do PL 1033

Somando com este 19 requerimentos já apresentados na Câmara dos Deputados pedindo a inclusão do PL 1033 na Ordem do Dia para votação da matéria em plenário. Desta vez quem apresentou o requerimento foi Deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB).

Lembramos que continuamos atentos e mobilizados, esperando que se cumpra a agenda proposta pelo presidente da Câmara, deputado Marco Maia PT-RS, com previsão de votação do PL 1033 dia 04 ou 05 de outubro. Após essa votação, o projeto do Adicional de Risco de Vida irá à sanção presidencial.

Vamos manter a pressão junto às bancadas em nossos estados.



Opinião: O “bico” dos policiais

O lamentável episódio ocorrido esta semana, em Parnamirim, em que dois policiais militares que realizavam o transporte de grande quantia em dinheiro foram vítimas de assalto, resultando na morte de um deles e em ferimentos noutro, chamou a atenção para um grave problema que é chamado “bico”, que muitos policiais realizam nos momentos de folga. A questão, porém, envolve diversos aspectos, como a confusão entre segurança pública e privada, a baixa remuneração e a jornada de trabalho dos policiais militares e, ainda, o aumento da criminalidade e até o envolvimento de policiais em delitos, como noticiado com frequência.

O crescimento econômico faz aumentar a circulação de dinheiro entre estabelecimentos comerciais e bancários, o que fomenta a cobiça de criminosos, que agem na quase certeza da impunidade, dada a ineficiência das polícias federal e civis, em todo o Brasil, na repressão ao crime organizado e aos delitos praticados por criminosos “profissionais”, ou seja, aqueles que adotam o delito como meio de vida e utilizam métodos na sua execução, muitas vezes se valendo de treinamento militar ou conhecimento obtido nas próprias forças de segurança pública.

Em todo o país, o transporte de valores, notadamente em quantias vultosas (mais de R\$ 21 mil, segundo o critério legal), é regulamentado pela Lei nº 7.102/1983 e pelos Decretos nº 89.056/1983 e 1.592/1995, que determinam que essa é uma atividade própria da segurança privada, cujas empresas que a exploram necessitam de autorização do Ministério da Justiça e se submetem, periodicamente,



à fiscalização da Polícia Federal, devendo, ainda, cumprir uma série de exigências, como, por exemplo, utilizar veículo blindado (carro-forte) e disponibilizar aos vigilantes equipamentos de proteção individual (coletes à prova de balas e armamento) e seguro de vida em grupo. Obviamente, é um serviço relativamente caro, pelo que muitos empresários, movidos pelo interesse na maximização dos lucros e redução dos custos, preferem contratar, informalmente, policiais de folga para a execução do serviço.

Em verdade, ocorre uma exploração do policial, uma vez que, na ausência de vínculo formal de emprego, a iniciativa privada remunera esses profissionais qualificados com valores irrisórios, sem recolhimento de contribuições obrigatórias (INSS, FGTS etc.), sem contratar seguro de vida e sem disponibilizar equipamentos de segurança de segurança imprescindíveis em face do risco da atividade. A família do policial que, por exemplo, é assassinado nessas condições fica também prejudica-

da em relação a direitos previdenciários, como a pensão proporcional ao tempo de serviço público, haja vista que a morte não ocorreu em serviço. A Justiça do Trabalho, contudo, entende que “preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT (prestação de serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário), é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar” (Súmula 386 do TST), sendo possível, igualmente, o ajuizamento de ação indenizatória contra a empresa que o contratou irregularmente e o encarregou de uma atividade perigosa sem fornecer todos os meios de segurança necessários.

Contribuem para o crescimento desse mercado informal fatores como a baixa remuneração dos policiais e a jornada de trabalho a que são submetidos. Com efeito, ganhando pouco no serviço

público, é natural que o profissional procure meios alternativos de complementar a renda, utilizando, na atividade privada, os conhecimentos, habilidades e facilidades que o cargo público lhe proporciona. Por outro lado, as extenuantes jornadas de trabalho e os prolongados períodos de folga, normalmente alternando 24 horas de serviço ininterrupto por 3 dias de folga, facilitam o “bico”. Vale registrar que recentemente o Tribunal de Justiça do RN, na ausência de legislação estadual específica quanto à jornada de trabalho dos militares, limitou-a à aplicável aos servidores públicos civis, de 40 horas semanais.

Ora, não é de se esperar que um homem sadio, com pleno vigor físico, permaneça três dias em casa sem fazer nada ou, no máximo, se dedicando às atividades domésticas! Ocorre, na grande maioria dos casos, é que o policial de baixa patente aproveita a folga para trabalhar em algum serviço privado e propiciar melhores condições de vida à família, optando muitas vezes pela segurança particular. E daí vem algo mais grave, que é a realização de atividades tão estressantes quanto às de policiamento sem o devido descanso e, depois de algum tempo, a priorização do serviço particular em detrimento do público.

Assim, embora o chamado “bico” não caracterize, necessariamente, uma infração disciplinar, à luz do Estatuto da Polícia Militar, nem crime tipificado no Código Penal Militar, a ensejarem punição individual do policial que o pratica, quando consistente em transporte de valores vultosos, constitui uma ilegalidade em face da legislação que trata da segurança privada e também violação das leis trabalhistas e previdenciárias. Além disso, constitui risco para a vida e integridade física dos policiais, prejudica

o seu desempenho funcional e, em caso de morte fora do serviço, ainda prejudica a sua família e o próprio serviço público, que perde um servidor no qual se investiu em treinamento. Logo, deve ser coibido pela administração militar, tanto na elaboração de escalas de serviço mais razoáveis e próximas daquelas destinadas aos demais

trabalhadores (40 horas semanais divididas em 5 ou 6 dias durante a semana), exigindo a dedicação exclusiva ao serviço, quanto remunerando melhor os profissionais da segurança pública, a fim de que não necessitem se submeter à exploração privada.

Wendell Beethoven Ribeiro Agra [promotor de Justiça em Natal -RN]



Opinião da CNTV

– A Confederação Nacional dos Vigilantes, assim como seus sindicatos filiados, já se manifestou em diversas ocasiões contra o chamado “bico” praticado por PMs.

Entendemos que esta não é a solução para resolver o problema da insegurança, além de tirar o emprego dos vigilantes. Defendemos que os Policiais Militares tenham bons salários e condições de trabalho dignas para cumprirem com as funções a que são destinados, gozando de merecido descanso, como é direito de todos os trabalhadores, e não fazendo bicos para complementar a renda

de sua família devido aos baixos salários pagos pela maioria dos Estados.

A segurança privada deve ser feita única e exclusivamente por vigilantes que estão preparados para essa função, através de cursos, a reciclagem e portando a carteira emitida pelo Departamento de Polícia Federal.

A CNTV repudia os projetos que estão sendo apresentados em alguns estados e municípios legalizando o bico dos PMs, quando deveriam lutar para melhorar o salário desses profissionais que, assim como os vigilantes, arriscam a vida todos os dias no confronto com a bandidagem.

Vigilantes de Transporte de Valores-DF encerram campanha salarial com 8,5% de reajuste

Em Assembleia Geral participativa e altamente democrática, realizada dia 28/08, com a categoria participando ativamente, defendendo suas idéias e propostas, 98% dos presentes aprovou a proposta apresentada pelos patrões.

A proposta, além de ganho real de salário, traz avanços financeiros no tíquete refeição e manutenção de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, assinada por dois anos, garantindo as nossas conquistas e impedindo, mais uma vez, a implantação do Banco de Horas, a compensação de horas e o mais novo modelo de tentativa de lesar os trabalhadores, a folga móvel. Por isso, é tão importante assinar a CCT por dois anos para proteger as cláusulas, pois é uma Convenção enxuta e com muitos avanços que não são garantidos na CLT. E é claro que a cada ano, os empresários tentam flexibilizar os direitos acordados com muita luta, tentando tirar algum item da CCT, afirma Carlos José das Neves, presidente do SINDVALORES-DF.

Os vigilantes arrancaram 8,5% de reajuste, com ganho real de salário e mantivemos o maior piso salarial de todo o Brasil.

Com o reajuste, o piso salarial do Vigilante Motorista de Carro-Forte ficou em R\$ 2.743,96 e o do Vigilante de Carro-Forte foi para R\$2.596,84. O tíquete refeição, entre 2011 e 2013 receberá reajuste de 23%, progressivamente em cima do valor atual de R\$ 16,00 a fração, já reajustado em 8,5%.



Assembléia aprovou a proposta de reajuste de 8,5%

Famílias mantêm otimismo com economia brasileira, segundo Ipea

A população brasileira continua otimista com o comportamento socioeconômico brasileiro, de acordo com o Índice de Expectativas das Famílias (IEF), divulgado mensalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em agosto, o índice ficou em 65,2 pontos, 1,7 ponto superior ao registrado em julho (63,5 pontos). Como o valor está entre 60 e 80 pontos, é considerado um indicador de otimismo, abaixo da classificação de grande otimismo (que varia entre 80 e 100 pontos), mas acima do item de moderação (que varia entre 40 e 60 pontos).

Segundo o Ipea, a Região Centro-Oeste é a que apresentou maior otimismo das famílias em agosto (73 pontos), seguida pelo Nordeste (67,1 pontos), Sudeste (64,2 pontos) e Norte (61,2 pontos). A Região Sul foi a única que apresentou queda no índice, atingindo otimismo modera-

do, ao passar de 62,6 pontos em julho para 59,6 pontos em agosto.

O IEF é uma pesquisa mensal, feita em 3.810 domicílios, em 214 municípios de todos os estados brasileiros, que considera cinco dimensões: a situação econômica nacional, a situação financeira, as decisões de consumo, o endividamento e o mercado de trabalho.

No que se refere à expectativa das famílias sobre a situação econômica brasileira, em agosto 56,8% disseram acreditar que o Brasil vai passar por melhores momentos nos próximos 12 meses, superior ao índice do mês anterior (53,2%). Em uma perspectiva de médio prazo, o percentual de famílias que acreditam que a situação econômica brasileira vai piorar nos próximos cinco anos caiu de 25% em julho para 23,5% em agosto.

(Fonte: Agência Brasil)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Anibal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF